



**Revista de processo, v.33, n.164,out/2008**

<b>O controle de políticas públicas pelo Poder Judiciário</b> Ada Pellegrini Grinover	Página 9 a 28 Total de página:20
<b>Publicismo e privatismo no processo civil</b> Leonardo Greco	Página 29 a 56 Total de página:28
<b>Apontamentos sobre o novo perfil do recurso extraordinário no direito Brasileiro</b> José Carlos Vasconcellos dos Reis	Página 57 a 83 Total de página:27
<b>Réu revel, vício de citação e querelanullitatis insanabilis</b> Eduardo José da Fonseca Costa	Página 84 a 108 Total de página:25
<b>The modern procedural synthesis: the american law institute and UIDROIT's "Principles and rules of transnational civil procedure"</b> Neil Andrews	Página 109 a 120 Total de página:12
<b>O princípio da adequação formal do direito processual civil português</b> Fernando da Fonseca Gajardoni	Página 121 a 134 Total de página:14
<b>O princípio setentia habet paratan executionem e a multa do art. 475-j do CPC</b> Athos Gusmão Carneiro	Página 135 a 151 Total de página:17
<b>Contribuição esperada do Ministério Público e da Defensoria pública na prevenção da atomização judicial dos mega-conflitos</b> Rodolfo de Camargo Mancuso	Página 152 a 169 Total de página:18

<b>A penhora virtual de valores e o prognóstico de sua (in) eficácia enquanto instrumento de racionalização da tutela jurisdicional executiva</b> César Busnello e Daniel Mattioni	Página 170 a 184 Total de página:15
<b>A execução da prestação de alimentos e a nova técnica de cumprimento de sentença</b> Daniel Roberto Hertel	Página 185 a 192 Total de página:8
<b>A abstrativização do controle difuso de constitucionalidade no Brasil e a participação do amicus curiae em seu processo</b> Dalton Santos Moraes	Página 193 a 210 Total de página:18
<b>Impugnação da sentença transitada em julgado fundada em lei posteriormente declarada inconstitucional</b> Ronaldo Cramer	Página 211 a 234 Total de página:24
<b>A nova sistemática do processamento e julgamento do recurso Especial repetitivo, art.543-C, do CPC</b> Daniel Moura Nogueira	Página 235 a 244 Total de página:10
<b>Es Kelsen el fundador Del derecho procesal constitucional? Análise de um debate contemporâneo</b> Eduardo Ferrer Mac-Gregor	Página 245 a 282 Total de página:38
<b>Ação de prestação de contas e instituições financeiras: consumidor acima da lei? Atualidades e reflexões sobre o procedimento da prestação de contas e algumas decisões emblemáticas recentes da jurisprudência brasileira</b> Ricardo Chiavegatti e Thiago Marinho Nunes	Página 283 a 295 Total de página:13
<b>Novo conceito de sentença: análise da jurisprudência acerca do recurso cabível nas situações duvidosas e aplicação do princípio da fungibilidade</b> Guilherme Peres de Oliveira	Página 296 a 308 Total de página:13
<b>Algumas nótulas a respeito da discrepância dos entendimentos atuais do STJ e do STF quanto ao início do prazo para a propositura da ação rescisória</b> Fernando Mil Homens Moreira	Página 309 e 314 Total de página:6

